

2

Política

Amazonas investe R\$ 38 milhões na agricultura familiar com aquisição de alimentação escolar



7

Pesquisa

Pesquisa CovacManaus aponta que 99,8% dos vacinados apresentaram anticorpos detectáveis após a 2ª dose

4

Ciência

Mapa PÉ-YARA é a primeira patente exclusiva da Ufam



6

Economia

Ministro amazonense anula dívidas dos pensionistas e aposentados no INSS



Projeto de Lei que garante autonomia às mulheres sobre a inserção de métodos contraceptivos entra na pauta da Aleam

Foi incluído na pauta de tramitação ordinária de projetos da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), desta quarta-feira (15), um Projeto de Lei, que protege o direito reprodutivo das mulheres, uma vez que visa proibir a exigência do consentimento do cônjuge ou companheiro para realizar ou autorizar os procedimentos de inserção dos métodos contraceptivos. Os direitos reprodutivos são direitos humanos reconhecidos, em leis nacionais e em documentos internacionais, e dizem respeito ao direito das pessoas de decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas. Porém, atualmente, as mulheres não têm o livre direito à escolha de métodos contraceptivos como o dispositivo intrauterino (DIU), pois dependem do consentimento do companheiro ou cônjuge para a implantação, feita em ambiente hospitalar. O Projeto de Lei nº 429/2021, de autoria do deputado estadual Saullo Vianna (PTB), visa resgatar a autonomia sobre o próprio corpo das mulheres, proibindo os profissionais de saúde, bem como as operadoras de planos de assistência ou seguro à saúde, da exigência do consentimento de cônjuge ou de companheiro para realizar ou autorizar a realização dos procedimentos de inserção de dispositivo intrauterino (DIU), de implante contraceptivo ou de injeção anticoncepcional. Para o parlamentar, a exigência desse tipo de autorização prejudica a independência da mulher. "Em nosso entender, exigir autorização do marido para esse tipo de procedimento prejudica a autonomia e independência da mulher, na medida em que quebra a confidencialidade existente entre médico e paciente", defendeu.

Pagamento do quinto lote do 'Auxílio Operação Cheia 2021' está disponível

A Prefeitura de Manaus, por meio do Fundo Manaus Solidária, reforça que está liberado o pagamento do quinto lote do "Auxílio Operação Cheia 2021", no valor de R\$ 200, para quem ainda não recebeu o cartão.

A presidente do Fundo, Dulce Almeida, afirma que a Prefeitura de Manaus tem compromisso com os manauaras, principalmente em momentos de grandes dificuldades. "A gestão do prefeito David Almeida encerra um processo decorrente da enchente recorde deste ano, sempre empenhada no compromisso de cuidar de cada manauara a partir desse benefício, buscando solucionar



e amenizar os sofrimentos vividos diariamente pela população", garantiu.

O Fundo Manaus Solidária informa também que não está fazendo nenhum cadastro para novos beneficiários e, sim, firmando compromisso com o manauara.

Também ressalta que a entrega dos cartões acon-

tecerá por meio de agendamento pelo aplicativo do WhatsApp no número: 92 98842 3017, tanto para os novos beneficiários, quanto para os remanescentes.

Em caso de dúvidas, o Fundo Manaus também atende pelo e-mail Manaus.solidaria@pmm.am.gov.br

Amazonas investe R\$ 38 milhões na agricultura familiar com aquisição de alimentação escolar



O Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Educação e Desporto, está com duas chamadas públicas abertas para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Uma delas é destinada, exclusivamente, ao fornecimento dos mantimentos para os alunos indígenas e de comunidades

tradicionais.

As inscrições seguem até os dias 30 de setembro (chamada geral) e 15 de outubro (indígena), conforme os editais nº 03/2021 e nº 04/2021, disponíveis no link: <https://bit.ly/3hx5Hnw>.

Ao todo, serão investidos R\$ 38 milhões na agricultura familiar com os dois

editais, que contemplam as medidas determinadas pelo governador Wilson Lima para investimento no terceiro setor. "Com as chamadas públicas, vamos complementar a merenda escolar até o próximo ano, assegurando os padrões de qualidade da alimentação dos nossos alunos. As chamadas permitem, ainda,

Conselho de Ética adia decisão sobre deputado Boca Aberta

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados adiou ontem (15) a decisão sobre a representação contra o deputado Boca Aberta (Pros-PR). O relator do parecer que pede a cassação do mandato de Boca Aberto, Alexandre Leite (DEM-SP), pediu a retirada de pauta do processo, com a justificativa de que o colegiado deve aguardar a definição da Mesa Diretora da Câmara sobre decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cassou o diploma do deputado.

Segundo Leite, o processo que trata da decisão do TSE corre em âmbito administrativo na Corregedoria da Câmara e depois deve aguardar ato da Mesa Diretora com a cassação do diploma.

“(O processo) apenas padece de determinação da Mesa para a perda do mandato”, disse Leite que



avaliou, que com a decisão da Corte eleitoral, não é necessário dar continuidade ao processo no Conselho de Ética.

Boca Aberta responde a processo movido pelo Partido Progressista (PP). Ele é acusado de fazer acusações infundadas contra o deputado Hiran Gonçalves (PP-RR) e de invadir uma unidade de pronto-aten-

dimento (UPA) no Paraná.

Em seu relatório de 51 páginas, Alexandre Leite concluiu que Boca Aberta agiu de má-fé, ao buscar provocar a nulidade do processo, manipular a verdade dos fatos, apresentar documentos adulterados e abusar de suas prerrogativas para atingir a honra de colegas, de cidadãos e de servidores públicos.

CPI aprova convocação de Ana Cristina Valle, ex-mulher de Jair Bolsonaro



Em decisão quase unânime entre os senadores, a CPI da Covid no Senado aprovou nesta quarta-feira (15) a convocação de Ana Cristina Siqueira Valle, ex-esposa de Jair Bolsonaro. Citada no depoimento de Marconny Albernaz Ribeiro, Valle teria intercedido pela nomeação de aliados do lobista da Precisa Medicamentos, de acordo com os senadores.

Além disso, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), autor do requerimento de convocação, aponta para a ligação da ex-mulher de Bolsonaro com o esquema das “rachadinhas” na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

A convocação de Valle foi aprovada pelo vice-presidente da CPI, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Apenas o senador Marcos Rogério (DEM-RO) divergiu dos outros parlamentares.

Os senadores mostraram indignação com o depoimento de Marconny Albernaz de Faria, acusado de fazer lobby na negociação de contratos da Precisa Medicamentos com o Ministério da Saúde. Em diversas respostas, Marconny foi evasivo, alegou esquecimento ou invocou o direito ao silêncio obtido em habeas corpus do Supremo Tribunal Federal.

Ministro Lewandowski suspende tramitação de ações envolvendo imóvel e doações a Instituto Lula

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar na Reclamação (RCL) 43007 para suspender as ações penais relativas ao imóvel e a doações da Odebrecht para o Instituto Lula, em tramitação na 10ª Vara Federal de Brasília (DF). Segundo o ministro, há risco de dano processual irreparável ou de difícil reparação ao ex-presidente, caso seja instaurada nova persecução penal ou impostas medidas cautelares com base no acordo de leniência da Odebrecht e nos elementos de prova oriundos desse pacto de cooperação.

Lewandowski declarou nu-

las as provas, mas sua decisão aguarda a análise da Segunda Turma do STF, tendo em vista a interposição de agravo pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A defesa de Lula pede o trancamento das ações penais alegando a ocorrência de ilegalidade e constrangimento ilegal decorrentes do descumprimento das ordens do STF relativas ao trancamento definitivo dos autos na origem (13ª Vara Federal de Curitiba).

Segundo os advogados do ex-presidente, embora todos os atos decisórios tenham sido declarados nulos, bem como os elementos de prova, em razão da suspeição do

ex-juiz Sérgio Moro, o Ministério Público Federal em Brasília pediu que a defesa apontasse as provas que considera nulas, a fim de permitir o reaproveitamento do material.

Em sua decisão, o ministro afirma que, embora não tenha ocorrido a ratificação da denúncia dos autos de origem (caso da sede do Instituto Lula), quando o Supremo declarou a incompetência de Moro para o julgamento de Lula, reconheceu também, implicitamente, a incompetência dos integrantes da força-tarefa da Lava Jato responsáveis pelas investigações e, ao final, pela apresentação da denúncia.

Mapa PÉ-YARA é a primeira patente exclusiva da Ufam

Já pensou conhecer os 62 municípios do Amazonas através do QRCode de seu celular? Esse é o projeto "PÉ-YARA: Viagem Digital pelo Amazonas", o primeiro mapa, exclusivamente, amazônico construído com fibras e materiais extraídos da flora e da fauna amazônica e que conseguiu o reconhecimento de patente, no mês de agosto, concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Esse é o primeiro deferimento de pedido de patente conferido, exclusivamente, à Ufam e foi assessorado pela Pró-reitoria de Inovação Tecnológica (Protec/Ufam).

O mapa é fruto da pesquisa coordenada pela professora Claudia Guer-



ra Monteiro, atualmente vinculada ao Departamento de Métodos e Técnicas, da Faculdade de Educação (Faced) e também diretora de Políticas Afirmativas da Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI) e foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). De acordo com

a docente, o mapa digital apresenta de forma lúdica, aos alunos das séries iniciais, ensinos Fundamental e Médio, deficientes visuais ou não, inseridos no sistema público de ensino de Manaus, a cultura, a economia, a política, a história e o turismo dos 62 municípios do Amazonas.

"A patente está proto-

colada junto ao INPI sob o número BR 10 2014 019263 8. A invenção se refere à disposição construtiva de um jogo/mapa do Estado do Amazonas, para uso de professores e alunos com algum tipo de deficiência visual ou não e compreende um tabuleiro com sistema elétrico, painel LCD e QR codes, contendo estampado o mapa do Estado do Amazonas e a demarcação de cada um dos municípios do estado. Todo conteúdo histórico, econômico, social e biológico dos ecossistemas será disponibilizado através do QR code que podem ser lidos no aplicativo do mapa e também serão apresentados no painel LCD que estará presente no dispositivo, explicou.

FCecon prorroga até 25 de setembro prazo para submissão de trabalhos no Pan-Amazônico

O prazo para submissão de trabalhos científicos no 6º Congresso Pan-Amazônico de Oncologia, organizado pela Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas (FCecon), foi prorrogado até 25 de setembro. O período de submissão se encerraria nesta quarta-feira (15). O congresso proporcionará visibilidade aos trabalhos apresentados, uma vez que pesquisadores e profissionais de saúde de todo o Brasil estarão acompanhando a programação científica.

Para submeter um trabalho, o participante deve se inscrever no 6º Pan-Amazônico, por meio do site do evento (<https://pa->

[amazonicodeoncologia.com](https://pa-namazonicodeoncologia.com)).

Cada inscrição dá direito à submissão de até dois resumos como autor principal/relator.

Os resumos aprovados serão publicados na Scientia Amazonia, qualis B4, como suplemento.

Todos os trabalhos científicos devem ter a Oncologia como tema principal, dentro de um dos sete eixos temáticos: pesquisa básica/translacional; Cirurgia Oncológica; Oncologia Clínica; bases biológicas e moleculares das neoplasias; multidisciplinaridade em Oncologia; tecnologia e inovação em saúde; e epidemiologia, prevenção e controle do câncer.

MCTI lança edital de R\$ 43 milhões para apoiar a inserção de pesquisadores em empresas

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) lançou uma Chamada Pública no valor de R\$ 43,1 milhões para apoiar a inserção de pesquisadores em empresas inovadoras e startups. A iniciativa faz parte do Programa de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas - RHAEP Pesquisador na Empresa, promovido pela Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI/MCTI) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI).

O objetivo é apoiar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) que visem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação.

Estima-se que com o valor total do projeto sejam apoiados cerca de 160 projetos com recursos do MCTI/FNDCT, em

duas linhas distintas: A Linha 1 de Apoio à projetos de P,D&I de empresas inovadoras é destinada a

empresas de qualquer porte ou faturamento podem se inscrever nesta linha. Serão priorizados projetos nas áreas/temas de Tecnologias Estratégicas, Tecnologias Habilitadoras, GovTechs e Negócios de Impacto. Valor máximo de concessão: R\$ 400 mil

Já a Linha 2 de Apoio à projetos de P,D&I de Startups é para as empresas inscritas nesta linha devem ser caracterizadas como Startups, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 182/2021. Serão priorizados projetos nas áreas/temas de Tecnologias Estratégicas, Tecnologias Habilitadoras, GovTechs e Negócios de Impacto. Valor máximo de concessão: R\$ 200 mil.

Governo do Amazonas investiu mais de R\$ 2,2 milhões em melhorias das escolas de Manacapuru

Para melhorar o atendimento à comunidade escolar de Manacapuru, Região Metropolitana de Manaus, o Governo do Estado investiu mais de R\$ 2,2 milhões na revitalização de 11 escolas estaduais do município. Os investimentos estão sendo realizados desde 2019, por meio da Secretaria de Estado de Educação e Desporto, e fazem parte das ações determinadas pelo governador Wilson Lima, para atendimento às unidades de ensino do interior.

Os serviços são, em geral, melhorias nos sistemas elétrico e hidráulico, pintura geral, troca de telhados e, em alguns casos, ampliação de espaços comuns. No município, das 20 escolas da rede pública estadual, 11 já foram revitalizadas, sendo nove concluídas e outras duas estão com serviços em andamento. A previsão é que as demais tenham os serviços iniciados ainda neste ano. A secretária de Estado de Educação, Kuka Chaves, destaca a importância da continuidade dos trabalhos em toda a rede estadual de ensino. “Em dois anos e meio, não paramos com as revitalizações, estamos em trabalho contínuo para alcançar todas as escolas. Uma das nossas frentes de trabalho é para o interior e, desde o início, temos alcançado escolas em situações emergenciais, que não recebiam intervenção há anos”, ressalta a secretária.

O coordenador regional de Manacapuru, Messias Furtado, diz que os reparos fazem os profissionais da Educação, alunos e toda a comunidade escolar terem mais vontade de frequentar as escolas e ainda obter melhores resultados com o ensino.

Operação da SSP-AM desativa base de “piratas dos rios” e apreende R\$ 250 mil em equipamentos

A Polícia Militar do Amazonas desativou um flutuante que servia como base de uma quadrilha de “piratas dos rios” e apreendeu mais de R\$ 250 mil em equipamentos do bando criminoso, durante a operação Hórus, da Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM). Em cinco dias de missão em rios e lagos entre os municípios de Coari e Marã, as equipes policiais apreenderam embarcações, motores e mais de 200 munições.

A ação integrada reuniu efetivos da Base Arpão, do 5º Batalhão de Polícia Militar, da Companhia de Operações Especiais (COE) e do Batalhão Ambiental. A missão teve início na sexta-feira (10/09) e foi concluída nesta terça-feira (14/09), seguindo determinação do secretário de Segurança, general Carlos Alberto Mansur, de intensificar o combate ao crime no interior, fechando o cerco às organizações ligadas ao tráfico de drogas.



De acordo com o relatório da ocorrência, a missão policial averiguava denúncias sobre a localização de uma quadrilha de “piratas dos rios”, que atuava na região da “Ressaca do Carneiro”, no lago do Moura, entre Coari e Marã. No domingo (12/09), as equipes policiais faziam buscas no rio e foram recebidas com tiros provenientes de uma região de igapó. Nenhum policial ficou ferido. Houve perseguição aos criminosos, mas eles não foram capturados. A ação se estendeu até a noite. Na oca-

sião, um flutuante que servia como base fluvial do bando foi encontrado e desativado.

No dia seguinte, os policiais localizaram, nas proximidades, embarcações, motores e munições abandonados. Foram apreendidos uma lancha equipada com motor de 325 HP, um bote de alumínio, dois motores de popa, dez recipientes de combustível, quatro coletes balísticos e 200 munições calibre 12. Todo o material foi recolhido e encaminhado para o 10º Distrito Integrado de Polícia de Coari.

Prefeito de Parintins, Bi Garcia, conquista instalação da JUCEA no município

Para desburocratizar a abertura de novas firmas e fomentar o empreendedorismo em Parintins, o prefeito Bi Garcia (DEM) articulou, em Manaus, a instalação da Junta Comercial do Estado do Amazonas (Jucea) no município. Em audiência com a presidente da Junta, Maria de Jesus Lins, o prefeito assinou nesta segunda-feira (14) o termo de cooperação técnica para a implantação da Juces no PAC Parintins.

De acordo com o prefeito Bi Garcia, a instalação da Jucea em Parintins vai acelerar todo o processo de instalação de novas empresas. Conforme dados da Junta, o município possui mais de 5.400 firmas estabelecidas. O quantitativo consagra o município como o que mais tem firmas registradas no interior do Estado.

“Estamos bem a frente de muitos municípios. Essa ida da JUCEA junto com a Prefeitura é justa-

mente para desburocratizar e acelerar o processo de abertura de firmas. É um grande passo que vamos dar em apoio ao empreendedorismo de Parintins”, enaltece o prefeito Bi Garcia.

Com a assinatura do termo de cooperação, Parintins passa a ter acesso à Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim-AM). A rede acelera a constituição de novas empresas.

Ministro amazonense anula dívidas dos pensionistas e aposentados no INSS

Justiça anulou as dívidas dos pensionistas e aposentados no INSS. Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que tenham débitos com o órgão por conta de benefícios previdenciários ou assistenciais pagos indevidamente terão o nome excluído da Dívida Ativa da União. A decisão de "limpar" o nome dos devedores foi do ministro Humberto Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que anulou as cobranças até 18 de janeiro de 2019.

Essas dívidas referem-se a revisões de aposentadoria e benefícios concedidos sem que as pessoas fi-



zessem jus a eles — como o Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas), que é pago a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda. O segurado recebe o valor e, se constatado o não direito, é gerada uma dívida da pessoa com a União.

Para reaver o dinheiro, o INSS instaura um processo administrativo, e o nome do cidadão vai parar na Dívida Ativa (cadastro de mau pagador no âmbito do poder público). Foi justamente essa possibilidade de "sujar o nome" que acabou nas mãos do ministro Campbell, relator do Tema 1.064, que considerou haver brechas na lei e falta de ampla defesa para os segurados. O advogado Guilherme Portanova, da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (Faaperj), vê na decisão da Corte uma correção no tratamento dado aos aposentados e pensionistas.

Governo lança parceria com estados no Programa Casa Verde e Amarela



O governo anunciou ontem (15) uma nova modalidade do seu programa habitacional, o Casa Verde Amarela Parcerias, na qual estados e municípios vão entrar com contrapartida de 20% do valor das moradias, que pode incluir o terreno do empreendimento. Em troca, o valor de entrada no imóvel próprio para famílias com renda mensal de até R\$ 4 mil será reduzido ou zerado. Dez estados já aderiram ao Parcerias: Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Roraima, Bahia, Ceará, Pernambuco e Alagoas.

As mudanças no progra-

ma foram anunciadas durante evento no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Jair Bolsonaro. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, o objetivo é adequar algumas métricas ao cenário atual e, com isso, atrair o mercado da construção civil e imobiliário para novas contratações, além de facilitar a contratação de financiamentos para as famílias. Uma das medidas anunciadas é a ampliação do subsídio para os cidadãos darem entrada no imóvel, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. O valor médio dos subsídios que antes era de R\$

23 mil passa para R\$ 35 mil, a depender da composição familiar. As famílias do Grupo 1, com renda de até R\$ 2 mil, passam a contar com subsídio de até R\$ 47,5 mil para entrada. O governo também vai ampliar os recursos para financiamentos por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os anos de 2022 a 2024.

Para o ano que vem, o aumento será de 10%, passando de R\$ 56 bilhões para R\$ 61 bilhões para o programa, em termos absolutos. Em 2023 e 2024, os valores serão de R\$ 64 bilhões e R\$ 67 bilhões, respectivamente.

Setemp, oferece mais de 50 cursos de qualificação on-line na área de tecnologia

O Governo do Amazonas está ofertando mais de 50 cursos de qualificação de forma on-line e gratuita para quem deseja se profissionalizar no mercado de trabalho. A iniciativa acontece por meio da Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo (Setemp), órgão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), em parceria com o Ministério da Economia, por meio da Escola do Trabalhador 4.0.

A parceria tem como objetivo qualificar e promover os cidadãos para o mercado de trabalho, permitindo-lhes aumentar as chances na disputa por vagas de emprego e alavancar a carreira profissional. Os cursos são gratuitos e realizados de forma on-line, com certificação pela Microsoft, válida em todo território nacional.

Pesquisa CovacManaus aponta que 99,8% dos vacinados apresentaram anticorpos detectáveis após a 2ª dose

Dados preliminares dos seis meses da pesquisa CovacManaus, realizada pela Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD) e Universidades do Estado do Amazonas (UEA), apontam que, entre os vacinados, 91% apresentaram anticorpos detectáveis após a 1ª dose e 99,8% após a 2ª dose.

A pesquisa também revela que somente 2,6% tiveram infecções confirmadas por covid-19 e um óbito foi registrado. Entre as principais comorbidades estão a obesidade (72%) e a diabetes (54%).

Para a equipe de pes-

quisadores, os dados avaliados são positivos e reforçam a importância de a população continuar se vacinando. Durante a pesquisa foram vacinadas 5.087 pessoas com a primeira dose e 5.071 com a segunda dose.

“Mesmo com uma queda na transmissão da Covid-19 em Manaus, é importante lembrar que a população vacinada no estudo é de pessoas que apresentam comorbidades, portanto esperávamos uma quantidade maior de infectados, hospitalizados e óbitos, entre esses mais de 5 mil participantes”, destacou o coordenador do estudo, Marcus Lacerda.



Malária: Instituto Carlos Borborema disponibiliza treinamento sobre uso da tafenoquina

O Instituto de Pesquisa Clínica Carlos Borborema, da Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD), disponibilizou na terça-feira (14), em sua plataforma on-line de ensino, o treinamento sobre o uso da tafenoquina. A capacitação é parte do estudo TRuST, de implementação de novas ferramentas para o tratamento da malária vivax no Brasil.

O curso é uma realização do Ministério da Saúde que, de acordo com a Nota Informativa nº 14/2021, recomenda o uso da tafenoquina e do teste quantitativo da enzima G6PD durante a realização do TRuST nos

municípios de Manaus e Porto Velho (RO).

São parceiros da iniciativa a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM), a FMT-HVD, a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – Dra. Rosemary Costa Pinto (FVS-RCP) e a Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (Semsu).

É recomendado que médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, farmacêuticos da assistência e outros profissionais de saúde envolvidos no diagnóstico e tratamento da malária participem da capacitação. O treinamento, com duração de 20 minutos, está disponível em trust.borbatraining.com.br.



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Juruá
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE ADESÃO DE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2021/CPL

APrefeituraMunicipaldeJuruá–AM, CNPJNº04.588.596/0001-43, neste ato RESOLVE firmar a Adesão a ATA de Registro de Preço, cujo valor estimado para eventual contratação e de R\$ 1.748.431,00 (UM MILHÃO SETECENTOS E EQUARENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E UM REAIS), valor global da ATA de Registro de Preço, oriundo do Pregão Nº 003/2021 – Ata de Registro de Preço Nº 003/2021. Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Japurá – AM. Objeto: Contratação de Empresa para Fornecimento de Medicamentos: Tendo a empresa R. M. NAVEGA - EPP. - CNPJ n.º 05.613.884/0001-73, vencedora do certame. A publicação pelo Gerenciador de valores encontra-se no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas-AM, Edição Nº 2836, publicado em 06.04.2021.

Esta publicação entrara em vigor na data de sua publicação.

Juruá (AM), 13 de setembro de 2021.
EMANOEL FRANCISCO BATISTA DE SOUZA
Presidente da CPL